

O projeto não fala em Federação e República

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Três alterações foram feitas pelo Palácio do Planalto, ao projeto do governo que convoca a Assembléia Nacional Constituinte, a partir de sugestões da Comissão Executiva Nacional do PMDB ao presidente José Sarney. Na mensagem enviada ao Congresso, a data de instalação da Constituinte passa a ser 31 de janeiro de 1987. Na proposta original divulgada pelo Ministério da Justiça, a instalação seria no dia 1º de fevereiro, mas o governo resolveu antecipá-la para que não coincida com a posse dos deputados e dos senadores e a eleição das Mesas diretoras das duas Casas, em 1º de fevereiro.

Enquanto a primeira proposta tinha quatro artigos, a que foi enviada ao Congresso tem apenas três. Por sugestão do secretário-geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, o governo suprimiu um artigo que autorizava expressamente a Constituinte a abolir a Federação e a República, cuja redação era a seguinte: "À Assembléia Nacional Constituinte não se aplicam as limitações do artigo 47, parágrafo 1º, da Constituição Federal".

Finalmente, foi suprimida a expressão "com suprema autoridade" que figurava no artigo 3º da proposta original (que é agora o artigo 2º na proposta definitiva), relativo à insta-

lação da Constituinte. O novo texto diz: "O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá (...) a sessão de eleição de seu presidente".

REAÇÕES

Foram distintas as reações de Ulysses Guimarães e de Pimenta da Veiga às mudanças no texto da proposta de emenda constitucional de convocação da Assembléia Constituinte. O presidente do PMDB e da Câmara elogiou as alterações, principalmente a supressão do artigo que permitiria à Constituinte abolir a Federação e a República — por ele sugerida. Já o líder do governo Pimenta da Veiga achou essa alteração desnecessária, ironizando que "agora vai ser difícil restaurar a monarquia". E também discordou de mudança que suprimiu do texto oficial as palavras "com suprema autoridade".

Segundo Pimenta da Veiga, o PMDB e o PFL poderão ficar com os dois cargos principais da comissão que será criada em agosto para examinar a proposta da convocação da Constituinte. "A função de relator será, certamente, de um parlamentar do PMDB" — ressaltou. Para o líder governista, o PDS "perdeu o trem da História" por não comparecer à solenidade de assinatura da emenda e talvez também não tenha interesse em participar da comissão mista.